SistemaOCB

ANÁLISE
ECONÔMICA

Edição 25 - Ano 6 | Maio de 2025

FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NO MUNDO E NO COOPERATIVISMO

As Finanças Sustentáveis, também denominadas Finanças Verdes, referem-se à alocação de capital em iniciativas que geram valor econômico ao mesmo tempo em que promovem benefícios ambientais e sociais. A transição para uma Economia Verde, pautada no desenvolvimento humano e igualdade social aliados à redução dos riscos ambientais e escassez ecológica, exige a mobilização de um grande volume de recursos financeiros. Nesse boletim, você conhecerá um panorama sobre o tema no contexto nacional e internacional, e como o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC) têm desenvolvido iniciativas de finanças sustentáveis.

O conceito de financiamento sustentável tem se tornado cada vez mais relevante nas discussões econômicas e sociais contemporâneas, refletindo a crescente preocupação com questões ambientais e sociais. Com a intensificação da regulamentação ambiental e das demandas dos stakeholders, as organizações são pressionadas a estabelecer metas climáticas públicas, incluindo compromissos relacio-nados ao financiamento sustentável.

O financiamento ambiental, enquanto um componente específico do desenvolvimento sustentável, concentra-se em iniciativas voltadas à descarbonização da economia e à conservação da biodiversidade. Ele abrange uma variedade de instrumentos financeiros destinados a canalizar recursos para projetos classificados como verdes, bem como para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas iniciativas, por sua vez, integram o escopo mais amplo do financiamento socioambiental, que aloca capital de forma estratégica para causas sociais e ambientais, reconhecendo a interdependência entre esses dois pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável.

MERCADOS INTERNACIONAIS

O financiamento sustentável é impulsionado por pressões regulatórias e financeiras globais. A regulamentação climática tem sido um motor dessa revolução financeira. Nos Estados Unidos, as novas exigências de divulgação climática da SEC (Securities and Exchange Commission) fazem com que as empresas devam adotar formalmente princípios de sustentabilidade. Na União Europeia, embora os padrões do CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) estabeleçam diretrizes para relatórios de sustentabilidade, a Comissão

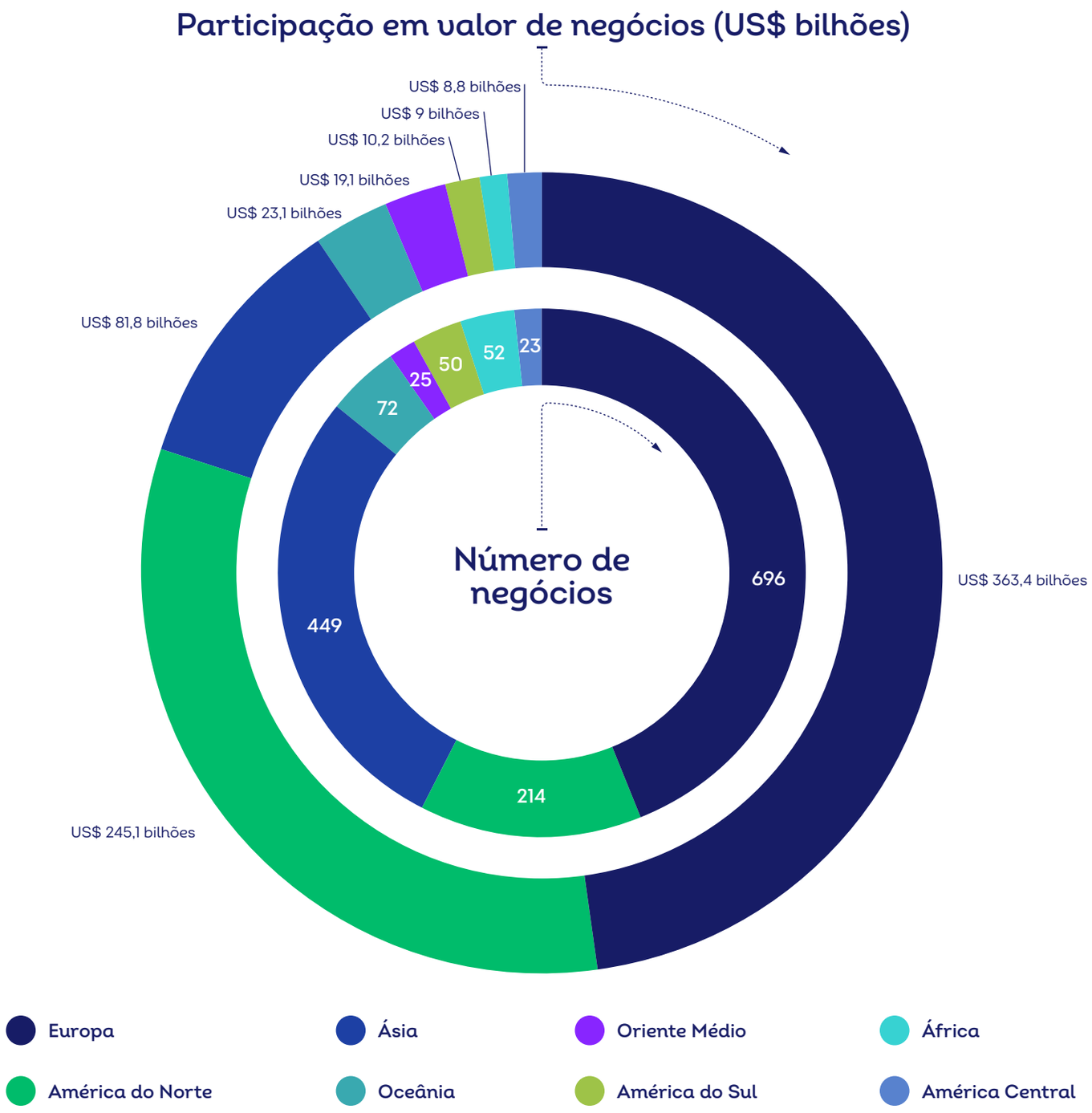
Europeia recentemente adotou um novo pacote de propostas para simplificar as regras, aumentar a competitividade e liberar mais capacidade de investimento. Este pacote visa equilibrar as metas de competitividade e clima, criando um ambiente de negócios mais favorável enquanto mantém o compromisso com os objetivos do Acordo Verde Europeu. A implementação dessas propostas poderá economizar cerca de 6,3 bilhões de euros em custos administrativos anuais para as empresas.

O Acordo de Paris de 2015 destacou o compromisso internacional com um futuro mais verde e limpo, estabelecendo metas para limitar o aquecimento global a bem abaixo dve 2°C, preferencialmente a 1,5°C, em comparação com níveis pré-industriais. O investimento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é estimado pela ONU entre 5 trilhões e 7 trilhões de dólares anualmente - demanda que supera em muito a oferta disponível, criando uma lacuna de financiamento significativa.

Exemplos internacionais de sucesso incluem os Mercados de Água da Austrália e da Califórnia, que estabeleceram sistemas para negociação de direitos de acesso à água, proporcionando ferramentas eficazes para gestão de risco hídrico e auxílio ao setor produtivo. O sucesso desses mercados baseia-se na definição clara de direitos de propriedade, forte quadro regulatório e implementação de sistemas de medição e contabilização eficientes.

No campo dos Sustainability-Linked Loans (empréstimos vinculados à sustentabilidade), os indicadores-chave de desempenho (KPIs) mais utilizados globalmente estão relacionados a emissões de carbono. Existem diferenças regionais significativas, com a Ásia apresentando maior foco em KPIs relacionados à água, intensidade de carbono e educação. O setor imobiliário destaca-se na busca por este tipo de financiamento para projetos de edifícios verdes e eficiência energética, seguido por setores industriais com alto potencial de redução de emissões.

2º trimestre de 2023 - 1º trimestre de 2024: Análise regional de empréstimos sustentáveis - número e valor de negócios



O mercado de empréstimos sustentáveis passou por transformações significativas, com foco crescente em estruturas que evitam o greenwashing e promovem a transparência. Em 2024, observou-se uma desaceleração nas emissões, com redução de 34% nos empréstimos vinculados à sustentabilidade (SLLs), totalizando aproximadamente $207 bilhões no primeiro semestre. Apesar da desaceleração, surgiram novas modalidades como empréstimos de transição (para setores de difícil descarbonização) e empréstimos azuis (focados na preservação de recursos hídricos e oceânicos), ampliando as possibilidades de financiamento sustentável.

INSTRUMENTOS E INICIATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O eixo de Finanças Sustentáveis no Brasil abrange um conjunto de medidas fiscais, tributárias, de crédito, regulatórias e financeiras que visam incentivar a alocação de recursos em atividades sustentáveis, inovadoras e inclusivas. Uma das medidas mais estruturantes é a criação do mercado de carbono regulado no país (Lei nº 15.042/2024), que estabelece limites de emissão e permite a comercialização de créditos de carbono.

A precificação de carbono tornou-se um mecanismo essencial na integração entre finanças e sustentabilidade, atribuindo valor monetário às emissões de gases de efeito estufa para incentivar sua redução e permitir melhor avaliação de riscos climáticos nas decisões de investimento. Conforme demonstrado em estudo do GVces para a FEBRABAN, este instrumento pode ser implementado tanto por políticas governamentais mandatórias (via tributos ou sistemas de comércio de emissões) quanto voluntariamente pelas empresas, representando não apenas um desafio mas também uma oportunidade para instituições financeiras aprimorarem suas metodologias de análise de risco e contribuírem para a transição para uma economia de baixo carbono.

As ações coordenadas entre o Ministério da Fazenda, o Banco Central (Bacen), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) estão desenvolvendo mudanças regulatórias para estimular investimentos em projetos sustentáveis. O Programa de Proteção Cambial (Eco Invest Brazil) está sendo implementado para atrair investimentos produtivos, criando um ambiente com menor volatilidade cambial para investidores internacionais em projetos de sustentabilidade.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

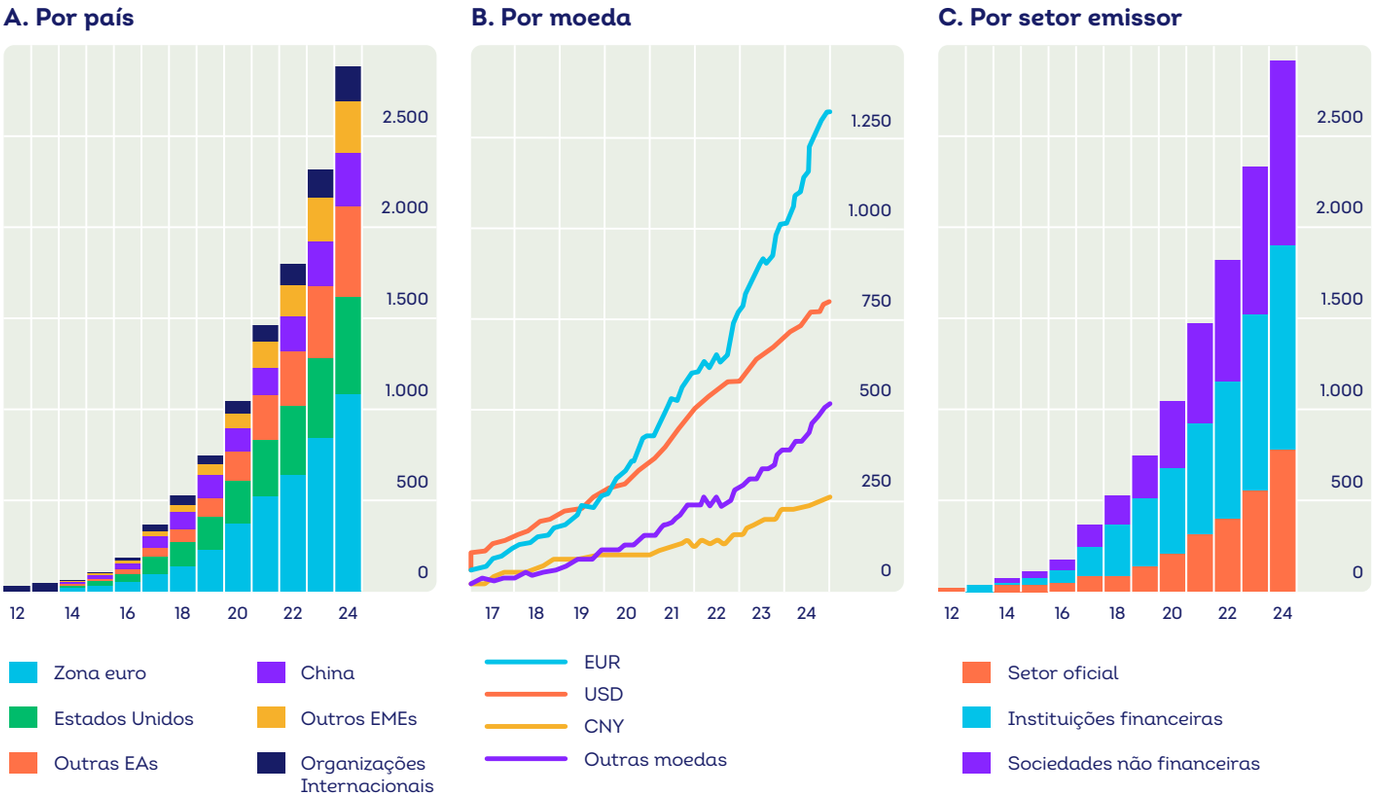
GREEN BONDS E TÍTULOS SUSTENTÁVEIS

Os Green Bonds são instrumentos financeiros que captam recursos exclusivamente para projetos sustentáveis como energia renovável, eficiência energética e projetos florestais. O mercado global de Green Bonds cresceu exponencialmente na última década, com a capitalização de mercado atingindo aproximadamente $2,9 trilhões em 2024, um aumento de quase seis vezes desde 2018. A emissão anual alcançou $700 bilhões em 2024, embora isso ainda represente apenas uma fração do estimado $2 trilhões em investimentos anuais necessários para combater as mudanças climáticas. O crescimento deste mercado tem sido impulsionado pelo aumento da regulamentação ambiental e pela crescente demanda por ativos sustentáveis entre investidores, incluindo comunidades de gestão de reservas que favorecem green bonds onde o impacto ambiental pode ser certificado.

Os volumes de títulos verdes aumentaram exponencialmente[1]

Em bilhões de dólares americanos

Gráfico 1



1- O valor pendente é calculado usando a emissão cumulativa total menos o valor cumulativo vencido em um determinado ano.

Outros EAs = Outras Economias Avançadas
Outros EMEs = Outros Mercados Emergentes

Fontes: Climate Bonds Initiative; Dealogic; Banco de Dados de Títulos de Financiamento Ambiental; S&P Trucost; cálculos dos autores.

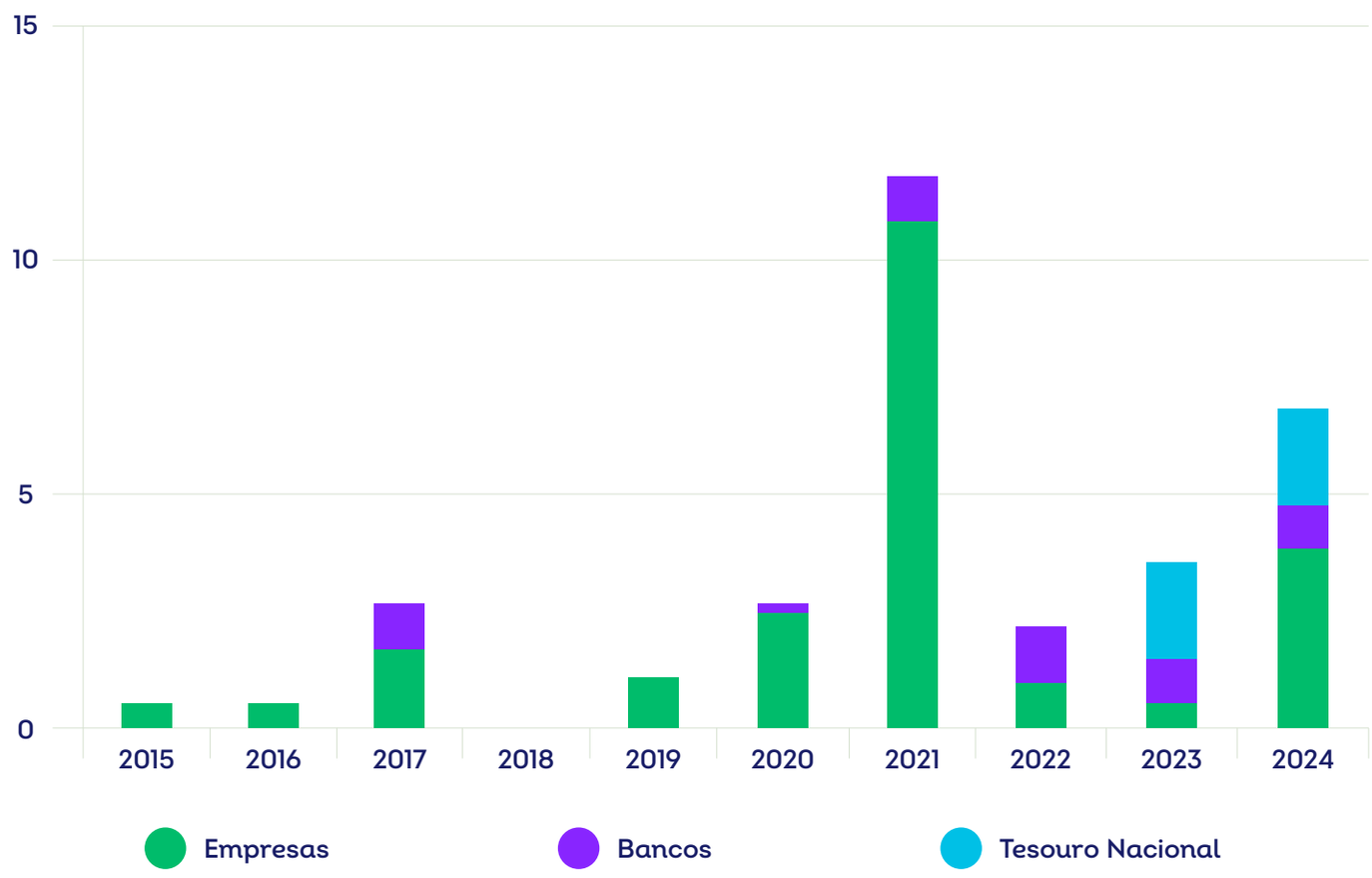
A emissão de Green Bonds oferece benefícios reputacionais e potencialmente financeiros, demonstrando o compromisso das empresas com práticas sustentáveis e permitindo acesso a investidores com mandatos de Investimento Socialmente Responsável (ISR). O chamado “greenium” (prêmio verde) pode conferir vantagens de custo aos emissores, refletindo tanto a preferência dos investidores por empresas ambientalmente responsáveis quanto a percepção de que empresas intensivas em carbono têm maior probabilidade de inadimplência.

Em 9 de maio de 2017, o BNDES foi o primeiro banco brasileiro a emitir green bonds no mercado internacional. O título de US$ 1 bilhão teve prazo de sete anos e foi listado na Bolsa Verde de Luxemburgo. Os recursos destinam-se a financiar investimentos relacionados com projetos novos e existentes de energia eólica e solar. O Banco estabeleceu um framework estruturado que incluía: uso dos recursos (para projetos de energia eólica e solar), processo de avaliação e seleção de projetos (com avaliação de impactos ambientais e sociais), gestão dos recursos (com alocação trans-parente) e divulgação de relatórios periódicos sobre a alocação e o impacto ambiental dos projetos financiados. Este modelo serviu como referência para outras instituições financeiras brasileiras que posteriormente ingressaram neste mercado.

Estudos recentes também indicam que a emissão de green bonds pode sinalizar um compromisso mais amplo da empresa com a redução de emissões, resultando em melhorias significativas na performance ambiental dos emissores, especialmente aqueles em setores intensivos em carbono.

O cenário de títulos sustentáveis no Brasil tem evoluído rapidamente, refletindo tendências globais e particularidades do mercado interno. O ano de 2021 foi um marco, caracterizado por taxas de juros internacionais reduzidas e um ambiente de liquidez favorável, quando emissores brasileiros levantaram aproximadamente USD 12 bilhões, representando cerca de 40% do total emitido entre 2015 e 2024. Após um período de retração em 2022-2023, 2024 apresenta sinais de recuperação, com o Tesouro Nacional realizando sua segunda emissão de título sustentável em condições mais favoráveis que a primeira. Esse desenvolvimento segue uma tendência global onde pesquisas recentes demonstram que a emissão de green bonds é maior em países com políticas ambientais mais rigorosas, e que empresas emissoras de green bonds, especialmente aquelas em setores intensivos em carbono, tendem a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa após a emissão desses títulos.

Gráfico 2 - Emissões brasileiras de títulos sustentáveis no mercado externo, em bilhões de Dólares



Dados brutos: LSEG, Green Bond Transparency, ERM-NINT.

Em 2023, o Tesouro Nacional realizou sua primeira emissão de título soberano sustentável no mercado internacional, seguida de uma segunda emissão em junho de 2024, que levantou recursos para o Fundo Climático operado pelo BNDES. O título emitido em 2024 apresentou condições mais favoráveis que o primeiro, com mesmo cupom de título convencional de montante e prazos similares emitido no mesmo ano. Estes recursos financiam iniciativas de mitigação e adaptação climática com taxas de juros competitivas. Apenas em 2025, o Fundo Clima aprovou R$ 11,2 bilhões em investimentos para projetos que contribuem para proteger a população dos efeitos da emergência climática em todo o país. Deste total, R$ 4,46 milhões serão aplicados pelo Ministério do Meio Ambiente em projetos não reembolsáveis, enquanto o restante será investido em diferentes linhas de financiamento reembolsáveis via BNDES, abrangendo desenvolvimento urbano resiliente, florestas nativas, recursos hídricos, mobilidade verde, indústria verde e transição energética. Estas emissões são um marco importante para a construção de uma economia resiliente e alinhada aos compromissos climáticos do Brasil.

As emissões brasileiras de títulos sustentáveis apresentam características distintivas: predominância do mercado externo (cerca de 80% são títulos e 20% empréstimos); empresas como principais emissores (71% do volume total); predomínio de títulos de propósitos gerais que permitem maior flexibilidade na destinação dos recursos; uso do dólar como principal moeda; revisão externa por instituições como Sustainalytics e ISS; alinhamento com padrões internacionais da International Capital Market Association; e integração a índices de sustentabilidade como o GSS da Bloomberg e o GESSIE do JP Morgan.

COTAS DE RESERVA AMBIENTAL (CRAS)

As Cotas de Reserva Ambiental são um mecanismo inovador que permite a proprietários com excedentes de Reserva Legal (RL) negociar esses títulos com aqueles que têm déficits. Estas cotas representam uma oportunidade para atrair capital privado para o agronegócio e serviços ecossistêmicos, conciliando produção e preservação ambiental - um desafio histórico no país.
A transformação das CRAs em valores mobiliários negociáveis em bolsa poderia ampliar a base de investidores interessados na conservação florestal, compartilhando riscos e criando um mercado mais dinâmico.

Os benefícios potenciais para o desenvolvimento de um mercado de valores mobiliários ligados às CRAs são múltiplos:

- Aumentar a base de interessados na manutenção, recuperação e crescimento de áreas de Reserva Legal
- Atrair investidores que queiram investir na manutenção e crescimento dos ativos florestais brasileiros
- Compartilhar com o mercado de capitais os riscos de valorização ou desvalorização dos ativos florestais

A viabilidade das CRAs como valor mobiliário depende da análise de oferta e demanda, fatores que influenciam seu preço como mecanismo compensatório de Reserva Legal, e características fundamentais para a atração de investidores.

OUTROS INSTRUMENTOS RELEVANTES

- Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono): Iniciativa de financiamento que incentiva práticas agrícolas sustentáveis, com recursos do BNDES e outros bancos, promovendo técnicas como plantio direto, recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, tratamento de dejetos animais e plantio de florestas comerciais.

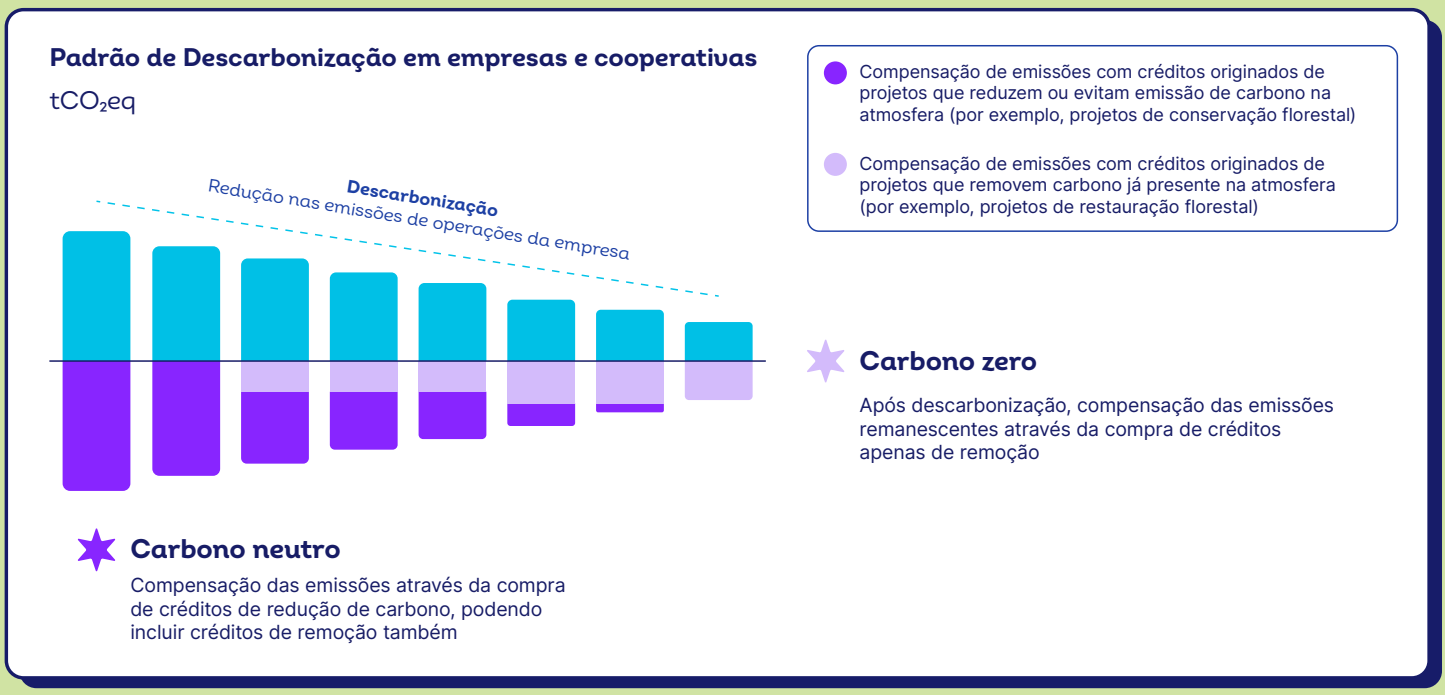
- Cepac (Certificado de Potencial Adicional de Construção): Embora não diretamente focados na sustentabilidade ambiental, os Cepacs são valores mobiliários emitidos por municípios para financiar obras públicas, com potencial de ganho para investidores decorrente da valorização da área. A CVM já reconheceu estes instrumentos como valores mobiliários, oferecendo um modelo que poderia ser adaptado para outros instrumentos de financiamento sustentável.

- Taxonomia Sustentável Brasileira: Está em desenvolvimento para classificar atividades eco-nômicas e financeiras de forma clara e objetiva, orientando investimentos alinhados a objetivos de sustentabilidade climática, ambiental e social, incluindo o enfrentamento de desigualdades. Este plano de ação, elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, busca estabelecer diretrizes para mobilizar investimentos que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade e a promoção da justiça social.

O POTENCIAL DO MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

O mercado de carbono representa uma importante ferramenta econômica para a transição sustentável, com perspectivas de crescimento exponencial nos próximos anos. De acordo com estimativas da McKinsey, se há dez anos esse mercado movimentava aproximadamente US$ 200 milhões, em 2021 já alcançou a marca de US$ 1 bilhão, com projeção de atingir US$ 50 bilhões até 2030. O Brasil se destaca como protagonista nesse cenário, concentrando 15% do potencial global de captura de carbono por meios naturais e com chances de atender a quase metade (48,7%) da demanda mundial.

Atualmente, o país opera principalmente no mercado voluntário de carbono, baseado em compromissos de empresas que optam por neutralizar suas emissões. Entretanto, a criação de um mercado regulado, em discussão no Congresso Nacional através do Projeto de Lei 2.148/2015, poderá ampliar significativamente as oportunidades do país nesse setor. O Projeto de Lei foi aprovado na Câmara dos Deputados no final de 2023 e aguarda avaliação do Senado Federal. Após eventual sanção, prevê-se um período de adaptação de pelo menos quatro anos para os agentes do mercado.



O desenvolvimento deste mercado no Brasil enfrenta desafios como a necessidade de garantir a integridade socioambiental dos créditos e estabelecer mecanismos de transparência e segurança nas negociações. Nesse sentido, iniciativas como a plataforma de registro de crédito de carbono lançada pela B3 em dezembro de 2023 buscam trazer maior controle da titularidade e movimentação dos créditos, contribuindo para a consolidação desse mercado no país.

ATUAÇÃO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo brasileiro tem se destacado como força relevante na promoção de finanças sustentáveis. O Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP30 apresenta a importância deste modelo na luta contra as mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável. O setor reúne mais de 23 milhões de cooperados no Brasil em diversos setores econômicos, atuando como agente fundamental na promoção da segurança alimentar, na valorização das comunidades e no acesso ao financiamento climático. O manifesto destaca a necessidade de descentralizar recursos globais para que o financiamento climático chegue diretamente às comunidades, onde as cooperativas podem atuar como intermediárias eficazes.

As propostas do cooperativismo para a agenda climática organizam-se em cinco eixos:

- Segurança alimentar
- Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático
- Transição energética
- Bioeconomia
- Adaptação/mitigação de riscos climáticos

Cada eixo apresenta ações específicas para promover a sustentabilidade e resiliência comunitária. No eixo da segurança alimentar, enfatiza-se a importância de garantir acesso universal a alimentos seguros e nutritivos, destacando o papel das cooperativas na produção agrícola sustentável. A valorização das comunidades é abordada através da necessidade de descentralizar o financiamento climático e garantir que as cooperativas tenham acesso a recursos para implementar práticas sustentáveis.

O cooperativismo de crédito no Brasil apresenta crescimento expressivo, com quase 18 milhões de associados e ativos superiores a R$ 808 bilhões (2023). Globalmente, existem 74,6 mil cooperativas de crédito com 411 milhões de associados, representando 13,5% da população economicamente ativa (Woccu, 2023). Estes números demonstram a relevância do cooperativismo como alternativa viável para o financiamento sustentável e o desenvolvimento econômico inclusivo em diversas regiões do mundo.

O Sicredi, entre as principais instituições financeiras cooperativas brasileiras, tem se destacado no financiamento de projetos sustentáveis, refletindo um compromisso com a economia verde e a responsabilidade social. Com carteira total de crédito de R$ 243,3 bilhões, destina R$ 55,5 bilhões especificamente para iniciativas que promovem sustentabilidade e igualdade social. A instituição captou R$ 7,5 bilhões nos últimos cinco anos junto a bancos multilaterais de desenvolvimento para financiar projetos de empreendedorismo feminino e energia solar, entre outros. O Sicredi tem ampliado suas linhas de crédito sustentável, com destaque para R$ 2,2 bilhões destinados a empreendimentos liderados por mulheres, R$ 3,8 bilhões para energia solar e R$ 1,5 bilhão para outras iniciativas com benefícios ambientais ou sociais. A carteira de crédito para mulheres empreendedoras soma R$ 10,2 bilhões, enquanto o financiamento de energia solar alcança R$ 5,6 bilhões. Além disso, a cooperativa destina R$ 16,5 bilhões para a agricultura familiar e R$ 8,9 bilhões para a agricultura de baixo carbono.

Outro exemplo relevante no SNCC, o Sicoob documenta suas realizações e resultados em aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança em seu Relatório de Sustentabilidade anual. O documento, elaborado em conformidade com os Padrões GRI (Global Reporting Initiative), abrange o Sistema Sicoob, que engloba cooperativas centrais e singulares, a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, o Banco Cooperativo Sicoob, além de subsidiárias.

Em função desta relevância, o cooperativismo de crédito ganhou destaque na COP29, em Baku, Azerbaijão, onde o Sistema OCB coordenou o painel Cooperativismo e Finanças Sustentáveis. Representantes das cooperativas de crédito Sicredi, Sicoob e Cresol, juntamente com o BNDES, apresentaram iniciativas concretas que demonstram como o setor atua na vanguarda das finanças verdes, impulsionando projetos sustentáveis mesmo em regiões remotas como a Amazônia. Ficou evidenciado que o modelo cooperativista, por seus próprios princípios, já incorpora o compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social, contribuindo efetivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o fortalecimento do compromisso brasileiro com o Acordo de Paris.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES FUTURAS

Apesar dos avanços, o setor financeiro sustentável no Brasil enfrenta desafios significativos que precisam ser superados para ampliar seu impacto:

Segurança Jurídica: Persiste a falta de clareza quanto aos limites de responsabilidade para instituições financeiras em casos de dano ambiental financiado. Decisões judiciais divergentes sobre a responsabilidade objetiva e solidária dos financiadores criam insegurança jurídica no setor, potencialmente restringindo o fluxo de recursos para atividades produtivas que, embora sustentáveis, ainda apresentam algum nível de risco ambiental.

Aprimoramento Metodológico: A quantificação precisa dos recursos alocados em projetos verdes requer aperfeiçoamento contínuo das metodologias. A padronização na coleta e análise

de dados é fundamental para mensurar adequadamente o impacto das finanças sustentáveis. Recomendações incluem a padronização dos dados coletados, automação dos processos e criação de novos códigos CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) relacionados à Economia Verde.

Integração de Critérios ESG: A incorporação de riscos socioambientais, especialmente o risco carbono, nas decisões de crédito e precificação está em evolução. Instituições internacionais como o BNP Paribas já integram a precificação de carbono em suas análises de crédito, servindo como referência para o mercado brasileiro. As análises quantitativa e qualitativa do risco carbono são consideradas complementares e estão sendo gradualmente incorporadas nas avaliações de risco de crédito, com a precificação vista como uma ferramenta para gerenciamento do portfólio e seus riscos de carbono associados.

Bioeconomia Amazônica: Permanece um desafio mobilizar recursos financeiros privados para desenvolver infraestrutura que suporte a bioeconomia na Amazônia. Isso inclui investimentos em logística, energia e comunicação adaptados às características regionais, facilitando a viabilidade econômica de projetos e empresas dedicados à bioeconomia sustentável. O estudo "Bioeconomia e Infraestrutura na Amazônia", da FGV EAESP, identificou barreiras como a percepção de risco elevado, questões regulatórias e dificuldade em encontrar negócios que atendam aos pré-requisitos de investimento.

Viabilidade dos Instrumentos: A viabilidade das CRAs como valores mobiliários, por exemplo, depende da implementação completa do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e enfrenta desafios como a estimativa de oferta e demanda - estudos indicam uma potencial superoferta de 22 vezes. Os Green Bonds enfrentam desafios como custos adicionais no processo de emissão, incluindo a verificação externa, e a necessidade de definição de critérios claros de elegibilidade. Estes exemplos demonstram a complexidade de mobilizar recursos financeiros para a transição sustentável, exigindo uma agenda estruturante de médio e longo prazo.

Iniciativas Globais: Bancos brasileiros têm participado de iniciativas como a UNEP FI (Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e implementado as recomendações do TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures), que estabelece diretrizes para divulgação de informações relacionadas ao clima nos relatórios financeiros. Este engajamento demonstra o compromisso do setor em fortalecer a avaliação e divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima, alinhando-se às melhores práticas internacionais.

Momento geopolítico desafiador: O cenário geopolítico atual impõe desafios significativos à agenda climática global. Os Estados Unidos, maior emissor histórico de gases de efeito estufa (GEE), encontram-se atualmente fora do Acordo de Paris e têm promovido cortes bilionários em financiamentos destinados a projetos e pesquisas relacionados ao clima, enfraquecendo os esforços multilaterais de combate às mudanças climáticas. Paralelamente, o redirecionamento de recursos públicos para gastos militares — impulsionado por conflitos em andamento, como a guerra na Ucrânia, Faixa de Gaza, e por novas ameaças geopolíticas — tem reduzido drasticamente o espaço fiscal disponível para investimentos em mitigação e adaptação climática, comprometendo o avanço de políticas sustentáveis e o financiamento climático em um momento

crítico para o planeta.

CONCLUSÃO

As Finanças Sustentáveis representam não apenas uma tendência, mas uma transformação fundamental no sistema financeiro global e brasileiro. A integração de critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento e financiamento está criando oportunidades de negócios ao mesmo tempo que contribui para a transição para uma economia de baixo carbono e mais inclusiva.

No Brasil, o desenvolvimento de instrumentos como Green Bonds, Cotas de Reserva Ambiental, títulos soberanos sustentáveis e a implementação de um mercado regulado de carbono demonstram o potencial de inovação financeira para apoiar objetivos de desenvolvimento sustentável. O cooperativismo de crédito, com sua capilaridade e compromisso com o desenvolvimento local, emerge como um ator relevante nesta transição, especialmente em regiões menos atendidas pelo sistema financeiro tradicional.

Os desafios permanecem significativos, incluindo questões regulatórias, metodológicas e de segurança jurídica. No entanto, o amadurecimento do mercado, o aprimoramento de metodologias de mensuração e a crescente conscientização sobre riscos climáticos e ambientais indicam uma trajetória positiva para o futuro das finanças sustentáveis no Brasil e no mundo.

A colaboração entre instituições financeiras, reguladores, academia e sociedade civil será fundamental para superar barreiras e maximizar o potencial das finanças sustentáveis como catalisador de uma economia mais resiliente, justa e alinhada aos limites planetários.

O papel do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito neste contexto demonstra como modelos de negócio centrados nas pessoas podem contribuir significativamente para esta transição, combinando inclusão financeira com práticas sustentáveis.

SistemaOCB
CNCOOP | OCB | SESCOOP

somoscoop

www.somoscooperativismo.coop.br

Em caso de dúvidas ou sugestões envie um e-mail para **nucleo@ocb.coop.br**

Para visualizar edições anteriores, acesse o link:
https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/analises-anteriores